

Sumário

Apresentação.....	1
A aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor na intermediação dos negócios jurídicos e de armazenagem de conteúdo de terceiros no comércio eletrônico.....	3
<i>André Lucas de Carvalho</i>	
<i>Dante Ponte de Brito</i>	
Introdução.....	4
1 Comércio Eletrônico: Noções Preliminares.....	5
1.1 A história do comércio eletrônico	5
1.2 Conceito de comércio eletrônico.....	6
1.3 Modalidades de comércio eletrônico	7
1.3.1 Business to business (B2B).....	8
1.3.2 Business to consumer (B2C).....	8
1.3.3 Consumer to consumer (C2C)	9
1.3.4 Outras modalidades.....	10
2 Aplicações do Código de Proteção e Defesa do Consumidor nos Negócios de Intermediação de Compra e Venda na Internet.....	10
2.1 Os elementos do negócio de intermediação de compra e venda na internet.....	11
2.2 Princípios jurídicos aplicáveis a intermediação de negócio de compra e venda na internet	14
2.3 Regras concernentes aos negócios de intermediação de compra e venda na internet	18
2.4 A hipervulnerabilidade do consumidor na intermediação de negócio de compra e venda na internet	22
3 A Responsabilidade Civil das Empresas Intermediadoras do Negócio de Compra e Venda na Internet.....	26
3.1 A intermediação de negócio de compra e venda como uma relação civil.....	26

3.2 A intermediação de negócio de compra e venda como uma relação de consumo.....	29
4 Conclusão.....	32
Referências	33
A responsabilidade civil do cirurgião plástico: Obrigação de meio ou de resultado?	39
<i>André Luis Veneza Nascimento</i>	
<i>Dante Ponte de Brito</i>	
Introdução.....	40
1 Da Responsabilidade Civil	40
2 Obrigações de Meio e de Resultado	42
3 Responsabilidade Civil do Médico	43
4 A Responsabilidade do Cirurgião Plástico: Obrigação de meio ou de resultado?.....	47
5 Conclusão.....	53
Referências	54
A teoria do desvio produtivo do consumidor e sua aplicabilidade em relação aos consultórios médicos	57
<i>Tiago Almeida de Oliveira Veloso</i>	
<i>Dante Ponte de Brito</i>	
Introdução.....	58
1 O Tempo Vital como Bem a Ser Tutelado pelo Direito.....	60
1.1 A evolução histórica dos meios de produção e o surgimento da ideia de consumidor	60
1.2 A noção de tempo para o consumidor.....	63
1.3 A perda de tempo e o conceito de desvio produtivo do consumidor	67
2 A Cultura da Espera do Consumidor nos Consultórios Médicos	74
3 Responsabilização Civil e a Teoria do Desvio Produtivo do Consumidor na Realidade dos Consultórios Médicos	77
3.1 A responsabilidade civil contemporânea e a ampliação das situações indenizáveis.....	77
3.2 Os primeiros passos da jurisprudência pátria no sentido de reconhecer a teoria do desvio produtivo do consumidor	80
3.3 A adequação do desvio produtivo aos consultórios médicos	84

4 Conclusão.....	85
Referências	86
Indústria cosmética e violação do direito à informação	91
<i>Beatriz de Sousa Moura</i>	
<i>Jeovana Costa Melo</i>	
<i>Dante Ponte de Brito</i>	
Introdução.....	92
1 O Direito à Informação: Garantias e princípios	93
2 Indústria Cosmética	95
2.1 Incremento no consumo.....	95
2.2 Normas específicas	96
3. O Direito à Informação Aplicado no Contexto da Indústria Cosmética	98
3.1 Exemplo cultural de atenção à informação referente aos cosméticos	99
3.2 Onerosidade do fornecimento	100
4 Conclusão.....	100
Referências	102
Obsolescência planejada e a tutela jurídica do consumidor nas relações de consumo e pós-consumo	105
<i>Karoline Cabral Dantas</i>	
<i>Dante Ponte de Brito</i>	
Introdução.....	105
1 A Sociedade de Consumidores e Obsolescência	107
1.1 Histórico da obsolescência planejada.....	108
1.2 Tipos de obsolescência planejada	110
1.3 Consequências da obsolescência	112
2 Tutela Jurídica do Consumidor.....	113
2.1 Proteção internacional ao consumidor	114
2.2 Tutela constitucional do consumidor	116
2.3 Sistema protetivo do Código de Proteção e Defesa do Consumidor	119
3 Efeitos da Obsolescência Planejada nas Relações Jurídicas de Consumo e Pós Consumo	121
3.1 Relação jurídica de consumo e suas características	122
3.2 Princípios do Código de Proteção e Defesa do Consumidor frente a obsolescência planejada.....	125

3.3 Obsolescência planejada como prática abusiva	129
3.4 Responsabilidade na relação pós-consumo.....	133
4 Conclusão.....	134
Referências	135

Análise das permissões dadas pelos usuários do Facebook:

Um estudo da autorização no âmbito do Direito Privado	141
--	------------

Graco Araújo Guida de Miranda

Éfren Paulo Porfírio de Sá Lima

Introdução	141
1 As Permissões Dadas Ao Facebook	143
1.1 A sociedade da informação e as redes sociais	143
1.2 A informação como bem jurídico.....	145
1.3 Os bens digitais	146
1.4 As permissões dadas ao Facebook pelos seus usuários.....	148
2 A Autorização no Âmbito do Direito Privado	151
2.1 A autorização e as demais declarações de vontade não negociais	151
2.2 Conceituação técnico-jurídica da autorização no Direito Privado	152
2.2.1 A pluralidade do termo	152
2.2.2 A autorização simples.....	153
2.2.3 A autorização em sentido estrito ou para negócio jurídico.....	153
2.3 Alguns casos de autorizações no ordenamento jurídico privado brasileiro.....	155
2.3.1 Casos relativos à autorização simples.....	155
2.3.2 Hipóteses de autorização em sentido estrito	156
3 A Autorização como Ato Jurídico	157
3.1 Regime jurídico da autorização simples	157
3.2 Regime jurídico da autorização em sentido estrito	158
3.3 Sujeitos do negócio autorizativo	158
3.3.1 O autorizante.....	158
3.3.2 O autorizado.....	159
3.3.3 Os terceiros	160
3.4 O excesso de autorização.....	160
3.5 O abuso de autorização	161
4 As Autorizações Dadas pelos Usuários do Facebook	162
4.1 As “permissões” como manifestações de vontade não negociais	162

4.2 As “permissões” como autorizações simples	162
4.3 As “permissões” como autorizações em sentido estrito	163
4.4 Os sujeitos na autorização dada ao Facebook	164
4.5 O excesso e o abuso das autorizações dadas ao Facebook	164
5 Conclusão	165
Referências	167

Por trás da fotografia: A descaracterização do ato ilícito em caso de reprodução não autorizada de obra fotográfica na internet 169

Alana Gomes de Medeiros

Éfren Paulo Porfírio de Sá Lima

Introdução	169
1 A Proteção dos Direitos Autorais e da Obra Fotográfica no Brasil	172
1.1 Direitos autorais e sua proteção no ordenamento jurídico brasileiro	173
1.2 A obra fotográfica enquanto objeto de proteção dos direitos autorais	176
2 Proteção aos Direitos do Autor no Contexto de uma Sociedade Informacional	178
2.1 Função social dos direitos autorais	181
2.2 Deveres de cuidado do autor perante os riscos da reprodução não autorizada	185
3 Descaracterização da Violação aos Direitos Autorais por Reprodução não Autorizada de Obra Fotográfica Compartilhada à Revelia da sua Função Social	188
3.1 Fotografia não identificada entendida como obra de autor desconhecido	190
3.2 Ausência de elemento subjetivo da responsabilidade subjetiva extracontratual	194
4 Conclusão	196
Referências	198

A natureza jurídica da promessa de casamento como negociação preliminar e a possibilidade de reparação material e moral pelo seu rompimento 203

Angelita Sampaio de Oliveira

Éfren Paulo Porfírio de Sá Lima

Introdução	204
------------------	-----

1 Noivado.....	206
1.1 Evolução histórica: dos Esponsais ao Código Civil de 2002	206
1.2 O conceito de noivado	208
1.3 Natureza jurídica do noivado.....	210
1.3.1 O noivado como relação de fato	210
1.3.2 O noivado como contrato	211
1.3.3 O noivado como contrato preliminar ou como negociação preliminar	214
2 A Responsabilidade Civil pelo Rompimento da Promessa de Casamento....	218
2.1 A aplicação do artigo 186 do Código Civil ao rompimento da promessa de casamento	220
2.2 A aplicação do artigo 187 do Código Civil ao rompimento da promessa de casamento	224
2.3 Do dano material	226
2.4 Do dano moral	229
2.5 Outras questões pertinentes	231
3 Conclusão.....	231
Referências	233
Perfis do contrato de afiliação	237
<i>Ruben Fernando Coqueiro de Carvalho Filho</i>	
<i>Éfren Paulo Porfírio de Sá Lima</i>	
Introdução.....	237
1 Do Contrato de Afiliação.....	238
1.1 Da classificação do negócio jurídico de afiliação.....	241
1.2 Da classificação do contrato de afiliação.....	247
2 Dos Contratos Análogos ao Contrato de Afiliação	253
1.1 Do contrato de comissão	253
1.2 Do contrato de agência e do contrato de distribuição.....	254
1.3 Do contrato de corretagem.....	256
3 Conclusão.....	260
Referências	261
Transtornos jurídicos: (des)construções dos direitos das pessoas trans....	265
<i>Rafael Martins Meneses</i>	
<i>Éfren Paulo Porfírio de Sá Lima</i>	
1 Transcursos de Partida	266

2 Consentimento Informado nas Cirurgias de Redesignação Sexual.....	267
3 Transversalidade da Identidade de Gênero	269
4 Considerações Finais	274
Referências	275

**Análise do caso de desrespeito à identidade de gênero em
Campinas (SP): A relação entre a dignidade da pessoa humana,
a transgeneridade e a desnecessidade da cirurgia de redesignação sexual.....** 277

Láís Angélica Lima Sobral

Lycia Santos Macêdo

Letícia Oliveira Teixeira.

Éfren Paulo Porfírio de Sá Lima

1 Transexualidade e Dignidade da Pessoa Humana.....	277
2 Reconhecimento da Transexualidade como Patologia e suas Consequências na Esfera Pessoa da Pessoa Humana.....	279
3 Vácuo Legislativo e o Caso “Branca”	280
4 A Desnecessidade da Cirurgia de Redesignação Sexual como Requisito Para a Mudança de Nome e de Gênero no Registro Civil da Pessoa Natural	283
5 Conclusão.....	285
Referências	285